

Boletim Económico

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 3 Número 4
Janeiro / 2006

O sistema financeiro de Timor-Leste: características e alguns indicadores

NESTA EDIÇÃO

O sistema financeiro de Timor-Leste; características e alguns indicadores	1
O financiamento de desenvolvimento através de recursos internos	3
Estatísticas monetárias	5
Preços; Balanço da ABP	6
Mercados cambiais e financeiros	7
Evolução recente da economia da Indonésia	8

Note que...

- ? **Uma estrutura financeira deve cobrir os papéis desempenhados pelos principais intérpretes institucionais, incluindo o banco central, os bancos comerciais e outras instituições financeiras**
- ? A importância de um sistema financeiro num país pode ser medida de duas formas fundamentais; através do seu valor global dos activos e calculando esse valor em relação ao PIB
- ? **É necessário garantir, desde o início, um sistema bancário sólido pois um sistema fraco tenderia, no médio-longo prazo, a prejudicar o funcionamento da nossa economia.**
- ? O financiamento do desenvolvimento pode ter origem através da poupança interna, os empréstimos contraídos, a ajuda pública ao desenvolvimento e o investimento directo estrangeiro
- ? A poupança só é verdadeiramente importante quando se transforma em **investimento produtivo. Quanto maior for a poupança maior tenderá a ser o ritmo de crescimento**
- ? **É muito importante a mobilização dos recursos nacionais (a poupança interna) para o financiamento do desenvolvimento**

O sistema financeiro de um país é um dos aspectos mais importantes da sua economia. Timor-Leste não foge à regra e o objectivo deste texto é o de apresentar, em linhas gerais, as principais características e alguns indicadores do nosso sistema financeiro.

Uma publicação recente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (*Financial sector assessment: a handbook*; Washington-DC, 2005; <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fsa/eng/index.htm>) diz que

“[a] estrutura financeira [de um país] é definida em termos da dimensão agregada do sector financeiro, a sua composição sectorial e um conjunto de características de sectores específicos que determinam a sua eficácia em satisfazer as exigências dos utilizadores. A avaliação da estrutura financeira deve cobrir os papéis desempenhados pelos principais intérpretes institucionais, incluindo o banco central, os bancos comerciais, as instituições destinadas à poupança, as instituições de financiamento do desenvolvimento, companhias de seguros, fundos de pensões e instituições do mercado financeiro [como as bolsas de valores, p. ex.]”, pg 15

Temos, pois, que, em geral, o sistema financeiro é composto pelo banco central e pelos bancos comerciais mas também por outras sociedades de natureza financeira e que incluem, por exemplo, as companhias de seguros e os fundos de pensões bem como as bolsas de valores e eventuais bancos de desenvolvimento.

Nos países mais desenvolvidos estas últimas instituições financeiras são muito importantes mas na maioria dos países em desenvolvimento são os bancos --- central e comerciais --- que tendem a predominar.

A importância global do sistema financeiro num país pode ser medida de duas formas fundamentais: uma absoluta (o valor global dos seus activos) e outra relativa, em que estes são relacionados com o valor global da produção, assim se calculando o peso do sector financeiro no total do Produto Interno Bruto., o que ajuda a comparar a situação com outros países.

É necessário, no entanto, não esquecer que um mesmo valor global dos activos financeiros ou do seu peso no total da produção pode ser obtido com diferentes estruturas do sector financeiro. Por exemplo, o significado desses valores será diferente conforme sejam o resultado da presença na economia de muitas instituições de pequena dimensão, de apenas algumas de média dimensão

ou de uma ou duas de grande dimensão. É que o grau de controlo de cada uma destas instituições sobre o conjunto do sistema financeiro --- e, através dele, sobre a economia nacional, p.ex. --- depende da sua dimensão e não é indiferente um sistema ter apenas uma ou duas grandes instituições ou ter muitas.

Da mesma forma, é importante saber se essas instituições são principalmente bancos comerciais ou se são de outro tipo.



Numa perspectiva dinâmica, interessa também obter informações sobre a evolução, ao longo do tempo, dos activos e do número e tipo de instituições já que a diferentes fases do desenvolvimento económico tendem a corresponder diferentes estruturas do sistema financeiro.

Um factor que influencia esta evolução é a política adoptada pelas autoridades monetárias de um país (normalmente o Banco Central em relação aos bancos) e outras entidades (em relação a outras instituições financeiras). Esta política inclui, nomeadamente, facilitar as condições de “entrada no mercado” de novas instituições de carácter financeiro (ex: concessão de mais licenças para instalação de bancos comerciais, autorização de funcionamento de companhias de seguros e de “bolsas de valores” e outros intermediários financeiros como bancos de investimento e fundos de pensões).

O sistema financeiro em Timor-Leste, tal como previsto nas leis publicadas, inclui bancos e companhias de seguros. Porém, nenhuma destas últimas se encontra ainda a funcionar.

O nosso sistema bancário é constituído pela Autoridade Bancária e de Pagamentos - ABP (que é, de facto, o nosso banco central), três bancos comerciais --- na verdade, três agências de bancos comerciais estrangeiros, não havendo nenhum banco com

Continua na pág. 2

O sistema financeiro de Timor-Leste (concl.)

sede em Timor-Leste --- e uma instituição que recebe depósitos e concede empréstimos de pequena dimensão, de natureza essencialmente comercial, a Instituição de Micro-Finanças.

Os produtos e serviços fornecidos pelos bancos e que correspondem às suas funções fundamentais são as que resultam de eles serem o "ponto de encontro", os intermediários, entre os depositantes --- nomeadamente os que fazem alguma poupança e a colocam no banco --- e os que necessitam de recursos financeiros (crédito) para as suas actividades. Isto é, um banco destina-se fundamentalmente a receber depósitos dos seus clientes e, principalmente com esses recursos, conceder empréstimos a quem deles necessita.

Quanto à evolução do nosso sistema financeiro ao longo do tempo, ela tem sido lenta mas segura em termos de número e de variedade dos tipos de instituições. Pouco depois das transformações ocorridas no nosso país em 1999, instalaram-se em Timor-Leste agências de dois bancos comerciais, um australiano e um português. Mais tarde (em Setembro/2002) iniciou operações a Instituição de Micro-Finanças e um ano depois o Banco Mandiri.

Durante o ano fiscal de 2004/05 houve uma candidatura para estabelecer mais um banco comercial mas não foi aprovada por não preencher os requisitos necessários. Anteriormente já se tinham verificado situações semelhantes. Alguns dirão que a actual legislação é exigente mas isso foi julgado necessário para garantir, desde o início, um sistema bancário sólido pois um sistema fraco tenderia, no médio-longo prazo, a prejudicar o funcionamento da nossa economia. Basta lembrarmos dos custos sociais que teve a ruptura financeira de alguns bancos na Indonésia na sequência da crise económica de 1997/98 e que fizeram muitas pessoas perderem o dinheiro que neles tinham depositado.

Um aspecto importante da estrutura do sistema financeiro é o do número de balcões dos bancos. A ABP abriu em Setembro/2004 uma agência em Oéussi, distrito que conta agora também com um balcão de um banco comercial. Este mesmo banco tem mais sete balcões no país, sendo 2 em Dili e os restantes nas capitais de alguns dos distritos (Baucau, Gleno, Maliana, Suai e Viqueque). Os outros dois bancos comerciais de maior dimensão têm apenas agências em Dili. A IMF tem balcões em quatro localidades, principalmente na zona ocidental do país: Dili, Maliana, Ermera e Aileu.

Um indicador da importância relativa do sistema financeiro no contexto de um país é o que relaciona o número de balcões de bancos com o total da população. Sendo esta de 925 mil habitantes em meados de 2004 (Censo de Julho de 2004) e o número de balcões de bancos comerciais de 10, o rácio é de cerca de 95 mil habitantes por cada balcão bancário. Se aos balcões dos maiores bancos comerciais adicionarmos os quatro da IMF, o total de balcões passa a ser de 14 e o rácio baixa para cerca de 66 mil habitantes por balcão.

Note-se, no entanto, que devido à localização dos balcões e à dispersão da nossa população, a verdade é que há ainda uma boa parte dela que não tem (ainda) acesso ao sistema bancário. Uma melhoria deste poderá passar pelo aumento do número de

balcões --- pelo menos um em cada capital de distrito? --- e consequente facilitar do acesso ao sistema pela população em geral. Note-se, no entanto, que esta é uma decisão puramente comercial dos bancos e se eles entenderem que tal não é rentável, não abrirão balcões onde o movimento não o justifique.

Outro indicador do desenvolvimento de um sistema financeiro que costuma ser mencionado em textos da especialidade é o que se refere à importância relativa dos activos bancários no conjunto dos sistemas [ou "dos sistemas" ou "do sistema"]. Como no nosso país o sistema financeiro inclui actualmente apenas bancos (central e comerciais), este indicador é, no nosso caso, de 100%. O que é representativo da pouca complexidade do sistema e da necessidade de o ir tornando cada vez mais completo.

Fundamental é também o indicador que relaciona o total dos activos bancários com a produção nacional, o PIB-Produto Interno Bruto. Em 2004 o PIB não petrolífero do nosso país terá sido, segundo estimativa do

Fundo Monetário Internacional, de 339 milhões de USD. Se tomarmos o valor dos activos do sistema bancário em 30 de Junho de 2005 (157 milhões USD), obtemos um rácio aproximado de 46%. Note-se, no entanto, que as datas de ambos os agregados não são as mesmas e por isso haverá alguma (pequena) distorção dos valores.

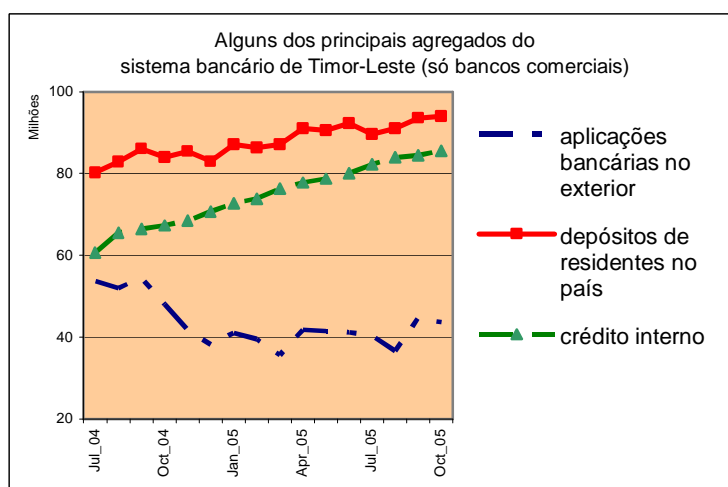
Parte importante (cerca de 50%) desses activos eram representada por créditos dos bancos aos clientes, os quais totalizavam, naquela data, 80 milhões USD. Note-se que os empréstimos

conheceram uma notável evolução desde Janeiro de 2003, quando eram de 5,4 milhões de USD. Passaram a 26,4 milhões um ano depois e em Janeiro de 2005 já eram de 72,4 milhões. Isto representa um aumento do crédito, só durante o ano de 2004, de cerca de 46 milhões USD, o que teve, certamente, um impacto positivo sobre o crescimento económico e o emprego já que alguns dos empréstimos permitiram absorver uma parte --- infelizmente ainda pequena --- do desemprego no nosso país.

Em Dezembro de 2004 o crédito bancário (totalmente concedido pelos bancos comerciais) tinha um rácio em relação ao PIB de cerca de 21%, um aumento significativo face aos 6,6% de 2003 (crédito em Dezº2003 / PIB2003).

Finalmente refira-se que outro indicador sobre a importância do sistema financeiro numa economia é a percentagem dos depósitos do sector privado (indivíduos e empresas) nos bancos comerciais em relação ao total do PIB. No caso de Timor-Leste e para o ano de 2004, a referida percentagem foi de 24,5% já que o total de depósitos em Dezembro de 2004 foi de 83 milhões de USD.

Como conclusão poderemos referir que se é verdade que muito tem sido feito nos últimos anos para melhorar o funcionamento do sistema financeiro do nosso país também é verdade que há ainda um longo caminho a percorrer, nomeadamente na diversificação e, principalmente, no aprofundamento dos produtos financeiros colocados à disposição do público. A próxima entrada em cena das companhias de seguros será um passo importante nesse processo de aprofundamento do papel do sistema financeiro na economia nacional.



O financiamento do desenvolvimento através de recursos internos

A Conferência de Monterrey, realizada no México em 2002, centrou a sua atenção sobre as necessidades de financiamento do desenvolvimento económico. Em causa estava, principalmente, a mobilização dos recursos nacionais, os de origem interna, não dependentes dos agentes económicos estrangeiros

Recorde-se que o financiamento do desenvolvimento pode ter as seguintes origens principais:

- ? a *poupança interna* — tenha ela origem nas famílias, nas empresas ou no Estado;
- ? os *empréstimos* contraídos (normalmente pelas grandes empresas ou pelo Estado) junto de organizações financeiras internacionais (ex: Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento; etc.) ou dos grandes bancos mundiais;
- ? a chamada “*ajuda pública ao desenvolvimento*” proporcionada pelos “parceiros de desenvolvimento” (organizações internacionais, Estados nacionais, etc.); e, por fim mas não por último,
- ? o *Investimento Directo Estrangeiro* (IDE)

É este conjunto de fontes de poupança (interna e externa) que está no centro do crescimento económico e da erradicação da pobreza num país. Estes serão tanto maiores quanto maiores forem os recursos financeiros mobilizáveis, sendo conhecida uma relação de causa-efeito (em sentido e em ritmo) entre o nível da poupança — ou, melhor, da aplicação desta através de investimentos — e o crescimento económico: quanto maior o investimento/poupança tanto maior tenderá a ser o ritmo de crescimento.

Ora, se olharmos para o passado histórico do nosso país verificamos que o seu fraco nível de desenvolvimento se deve, em boa parte, à fraqueza do investimento que nele foi feito. Note-se que as respectivas fontes de financiamento do desenvolvimento podemos identificar uma traço relativamente comum: em todos eles o investimento teve um origem que, no essencial, foi externo ao funcionamento da economia nacional.

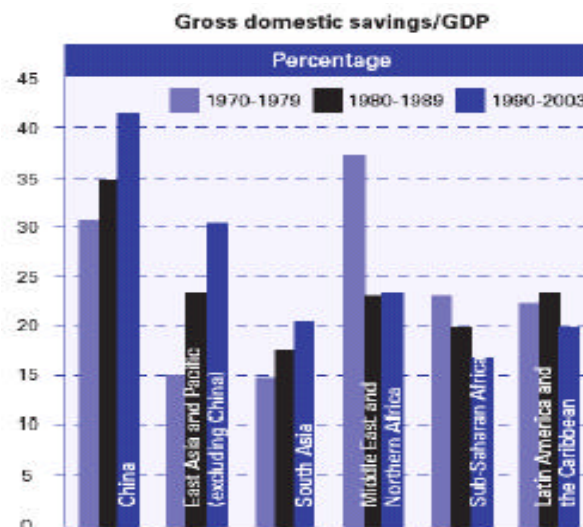
Começou em Maio de 2002, com a recuperação da independência total e completa, desde então até agora verificamos, porém, que o financiamento do desenvolvimento tem, de novo, uma característica eminentemente “externa”, seja ela o conjunto de donativos concedidos pelos “parceiros de desenvolvimento” do nosso país seja as (principalmente desde meados de 2004) as receitas do Mar de Timor.

Ora, não é saudável para uma economia estar excessivamente dependente desta “acumulação externa”, devendo desenvolver esforços para aumentar o financiamento da economia com origem interna, i.e., no funcionamento “corrente” do sistema produtivo nacional e de poupança com origem nas famílias, nas empresas e no Estado (excluindo a com origem no petróleo).

Os objectivos deste texto são o de sublinhar a importância desta “poupança nacional” de modo a tornar o nosso desenvolvimento menos dependente da “poupança externa” de que tem estado sempre dependente — e continua a estar devido ao papel das receitas do petróleo e dos apoios dos doadores — e referir alguns dos mecanismos principais que permitem o aumento da taxa de poupança a

partir dos recursos internos e sua transformação em investimentos produtivos. Alguns destes (principalmente os empréstimos e o IDE) serão objecto de análise noutros momentos.

O gráfico junto ilustra bem a importância da poupança na aceleração do ritmo de crescimento económico. Como se pode verificar, os países da Ásia Oriental, em particular a China, são os que têm uma maior percentagem de poupança relativamente à produção nacional. Regiões tão vastas como a África Sub-Saariana e a América Latina, das regiões do mundo que menos crescem anualmente, são exactamente as que têm menores taxas de poupança --- e em diminuição sistemática desde os anos 70, enquanto que os que crescem



mais depressa têm aumentado as suas taxas de poupança.

Mas a poupança só é verdadeiramente importante quando se transforma em **investimento produtivo**. Em alguns países, mesmo os mais pobres --- e Timor-Leste é um deles ---, há alguma capacidade de poupar mas ela é transformada não em investimentos produtivos mas sim em investimentos mais ou menos improdutivos embora socialmente importantes para “olear” as relações sociais de que as famílias ainda dependem muito, principalmente quando o espírito de “família alargada” é ainda muito forte. É o caso de despesas com o barlaque, com as cerimónias de casamento, de baptizado de luto e desluto.

Um aspecto fundamental do processo de desenvolvimento é encontrar mecanismos que permitam a **transformação deste investimento social** efectuado pelas famílias, importante mas pouco produtivo, **em investimento mais produtivo**, gerador de emprego e de novos recursos.

Uma forma de o fazer será, por exemplo, incentivar o investimento em habitação própria com características que permitam a melhoria das condições de vida --- incluindo as de saneamento e que se repercutem na saúde da população.

Naturalmente que o aumento do rendimento das famílias é também um factor determinante da poupança e do investimento.

Continua na página 4

O financiamento do desenvolvimento (conc.)

Mas a experiência diz que alguns dos países com maiores taxas de poupança são países com níveis de rendimento per capita relativamente baixos. O caso da China é o melhor exemplo já que, com um rendimento per capita de cerca de 850 USD tem uma taxa de poupança de cerca de 40% ou mais. E esse é um dos segredos do rápido crescimento do seu rendimento global (9% ao ano) e per capita (cerca de 7%), traduzindo-se numa rápida melhoria das condições de vida da população.

Outro aspecto fundamental para o aumento da poupança e do investimento que ela permite é criar um ambiente de negócios favorável, tarefa fundamental a cargo do Estado.

Para tal necessita de criar as **infra-estruturas físicas** (estradas e outros meios de transporte de pessoas e mercadorias no território nacional, etc) que vão funcionar como as verdadeiras "veias" de circulação do "sangue" que dá vida à economia nacional. O Estado precisa, pois, de ter recursos para investir nestas infra-estruturas. Se pusermos de parte a hipótese de acesso a recursos "excepcionais" como os resultantes, por exemplo, da exploração de recursos naturais, a verdade é que a principal fonte de recursos do Estado são as próprias pessoas (pessoas singulares e colectivas) através do **pagamento de impostos**. Não admira, pois, que ao longo do processo de desenvolvimento e para o possibilitar o Estado se veja forçado a **aumentar a carga fiscal** sobre a população através do alargamento da base de cobrança de impostos (cobrar impostos sobre mais actividades económicas) e do aumento das taxas destes.

É caminho que o Estado timorense não pode evitar. O que é necessário, porém, é assegurar que esses recursos cobrados retornem às populações sob a forma de benefícios directos recolhidos por estas sob as mais diversas formas: mais estradas, mais e melhores hospitais, mais e melhores escolas, mais e melhores serviços prestados à população, reduzindo ao mínimo o (eventual mas inevitável) desperdício de recursos.

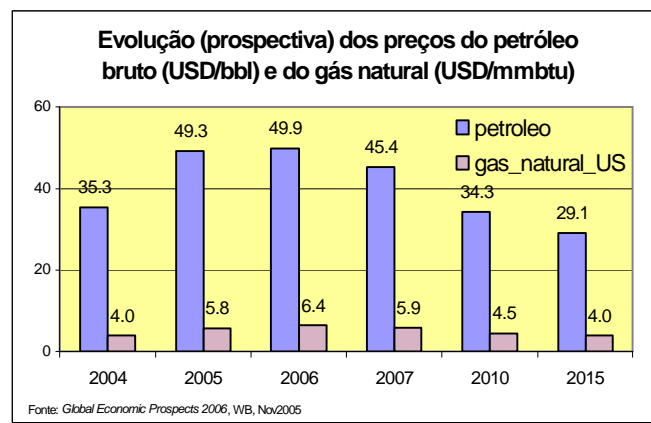
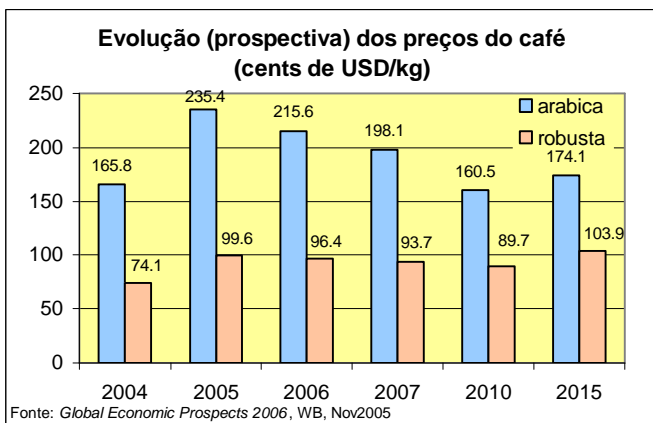
Mas o crescimento da poupança e do investimento e, com eles, da economia nacional não vive só de estradas e outras infra-estruturas físicas. Tão importante como estas é o **ambiente legal e regulador** para proteger as actividades económicas através, nomeadamente, da protecção à propriedade e ao incentivo ao desenvolvimento de actividades económicas modernas. Note-se que a protecção

da propriedade é importante para garantir dar estabilidade aos empresários e para lhes permitir utilizar essas propriedades como garantias reais em caso de hipoteca para a obtenção de crédito junto do sistema bancário. Quando estas garantias reais são reduzidas, como acontece muitas vezes nos países em desenvolvimento (incluindo em Timor Leste por várias razões como a confusão em que se encontra o sistema de registo de propriedades), a consequência é fazer aumentar o risco do investimento e, com ele, aumentar a taxa de juro que os bancos vão cobrar pelos empréstimos, o que dificulta o crescimento da economia nacional. Clarificar este ambiente legal e de propriedade é, pois, condição essencial para o crescimento mais rápido pois sem ele os investidores limitarão os seus investimentos.

Mas de pouco serve criar leis se elas não forem implementadas e se os tribunais não funcionarem de uma forma expedita. Por isso o **bom funcionamento do sistema judiciário** é importante para proteger os direitos dos credores. O seu mau funcionamento vai ser um impedimento para o investimento, porque o risco, a incerteza e o custo é alto. Algumas decisões tomadas no passado pelos tribunais do nosso país terão custado muito em termos de perda de investimentos.

Outro elemento fundamental para a mobilização da poupança nacional que permita financiar o investimento é um **sistema financeiro forte**. Em geral, um sistema financeiro é composto pelo banco central e pelos bancos comerciais mas também por outras sociedades de natureza financeira e que incluem, por exemplo, as companhias de seguros e os fundos de pensões bem como as bolsas de valores e os bancos de desenvolvimento.

O sector bancário é, nos países com menor nível de desenvolvimento, a principal componente deste sistema, permitindo mobilizar poupanças das pessoas e das empresas através dos depósitos bancários e, com eles e outros recursos, emprestá-los aos empresários para realizarem os seus investimentos. Porém, um sector financeiro constituído só pelo sector bancário é limitado quanto aos serviços que pode prestar. A criação do mercado de capitais, incluindo as companhias de seguros e os fundos de pensões, é uma contribuição para o aumento da capacidade de mobilização de poupanças aplicáveis em investimento e para a estabilidade financeira, essencial para a **estabilidade macroeconómica** e, por sua vez, para o investimento e a criação de empregos e o aumento dos rendimentos.



Estatísticas monetárias

milhares de USD	Set 05	Out 05	Nov 05	Dez 05
Activos externos líquidos	415,005	451,738	508,945	531,259
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>484,623</i>	<i>523,147</i>	<i>565,227</i>	<i>587,716</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	432,684	473,430	514,899	535,492
Disponibilidades dos bancos comerciais	51,938	49,717	50,329	52,225
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>69,617</i>	<i>71,409</i>	<i>56,282</i>	<i>56,457</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	11,944	11,944	11,944	11,944
Responsabilidades dos bancos comerciais	57,673	59,465	44,338	44,513
Crédito interno ⁽²⁾	-309,671	-349,693	-388,995	-410,792
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0
crédito da ABPTL	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	394,830	436,165	475,715	498,783
na ABPTL	394,830	436,165	475,715	498,783
nos bancos comerciais	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-394,830</i>	<i>-436,165</i>	<i>-475,715</i>	<i>-498,783</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	85,158	86,472	86,720	87,991
crédito da ABPTL	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	85,158	86,472	86,720	87,991
Dinheiro em caixa nos bancos comerciais	3,853	5,226	6,560	4,417
Depósitos (à vista e a prazo)	93,594	93,975	96,773	97,170
Depósitos à vista nos bancos comerciais	57,011	56,599	59,070	58,686
Empresas públicas não financeiras	0	0	0	0
Depósitos de empresas e particulares	57,011	56,599	59,070	58,686
Depósitos a prazo	36,583	37,377	37,703	38,484
Depósitos da ABPTL	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	36,583	37,377	37,703	38,484
Outros activos líquidos				
Idem. ABP	722	759	737	763
idem. bancos comerciais	-62	-1,174	-1,700	-2,155
Capital e reservas	35,931	36,066	35,868	36,359
Capital realizado e resultados transitados	26,884	26,884	26,884	26,884
idem. da ABPTL	18,227	18,227	18,227	18,227
idem. dos bancos comerciais	8,657	8,657	8,657	8,657
Resultados correntes	3,842	4,708	4,971	4,963
Resultados da ABPTL	460	475	490	722
Resultados dos bancos comerciais	3,382	4,233	4,481	4,241
Reserva geral e reservas especiais	5,205	4,474	4,013	4,512
Reserva da ABPTL	1,922	1,922	1,922	1,922
Reservas dos bancos comerciais	3,284	2,552	2,091	2,590

(1) devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário, nulos no caso de Timor Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

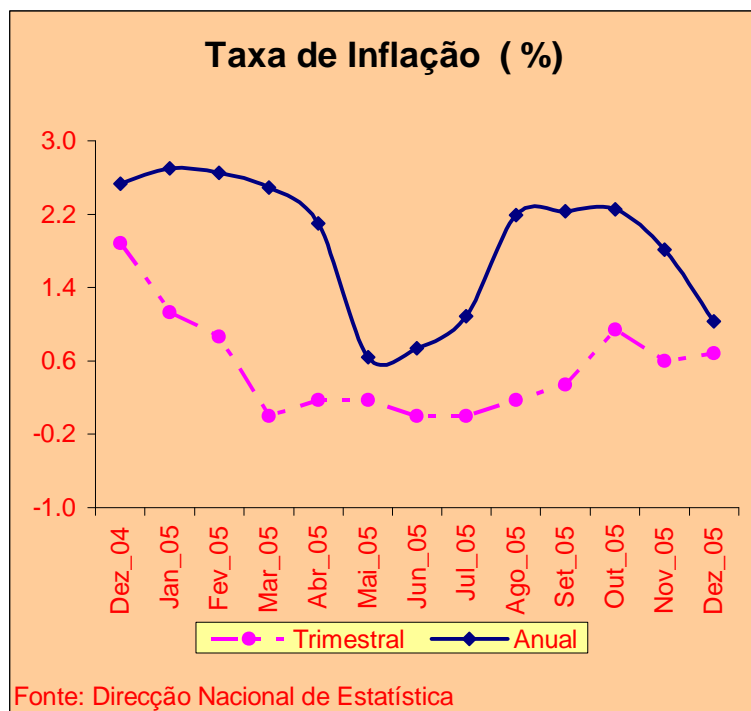
No trimestre entre o fim de Setembro e o fim de Dezembro, as disponibilidades líquidas do país sobre o exterior registaram um aumento de 18%, correspondentes a cerca de 116 milhões USD. O aumento deve-se fundamentalmente à aplicação, no exterior, em títulos governamentais dos Estados Unidos (com o aumento desse cerca de 24%), de recursos da ABP resultantes dos depósitos da Administração Pública. Parte significativa destes têm origem, como se sabe, nos rendimentos obtidos no Mar de Timor.

Note-se que o valor das disponibilidades líquidas do país sobre o exterior incluem o valor do Fundo Petrolífero (FP). No final de Dezembro de 2005 o seu capital era de 370.249.161,38 USD.

O crédito dos bancos comerciais à economia aumentou ligeiramente durante o trimestre em análise: +3.3%, correspondentes a cerca de 2,8 milhões de USD.

Por sua vez, os depósitos nos bancos comerciais aumentaram de 6% ou cerca de 3,6 milhões de USD comparado com o trimestre anterior.

Evolução dos preços em Dili



O Índice de Preços no Consumidor (IPC), tal como publicado pela Direcção Nacional de Estatística do Ministério do Plano e Finanças de Timor-Leste, indica que os preços no consumidor terão subido, em média, cerca de 0,7% durante o trimestre terminado em Dezembro passado comparativamente com o trimestre anterior, em que a variação foi de 0,3%.

A subida da média dos preços foi provocada por uma subida nos preços das despesas com a habitação e nas bebidas. As primeiras tiveram o maior aumento no trimestre, com uma subida de 6,9% que compara com a de -1,1% no trimestre anterior. A bebidas tiveram uma subida de 4,5% contra os -0,4% no trimestre anterior.

A taxa anual de inflação durante o ano civil 2004-05 terá descido para 1%, contra os 2,5% verificados no ano civil anterior. O abrandamento da inflação ficou a dever-se principalmente à descida do preço do recreio e educação (-2,3%). A descida no preço da educação deve-se ao anúncio da política do governo de subsidiar os custos escolares.

Balanço da ABP

*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste
Banking and Payments Authority of Timor-Leste*

Av. Bispo Medeiros, PO Box 59, Dili, Timor-Leste

RESUMO TRIMESTRAL DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Em 31 de Dezembro de 2005		Segundo Trimestre Terminado 31 de Dezembro 2005	
ACTIVOS	US Dollars	PROVEITOS	US Dollars
Caixa e Depósitos	31,850,513	Juros Recebidos de Activos Financeiros	1,268,358
Investimentos	135,147,703	Transferência Orçamental	120,000
Investimento do Fundo Petrolífero	370,249,161	Rendimento de Títulos de Governos Estrangeiros	2,692,453
Outros Activos	1,059,453	Taxas e Recuperação de Custos	145,929
TOTAL do ACTIVO	538,106,830	Remuneração Gestão do Fundo Petrolífero	90,000
		Outras Receitas	(18,457)
PASSIVO		TOTAL dos PROVEITOS	4,300,281
Moeda Emitida	1,769,993	CUSTOS	
Depósitos do Governo	128,534,105	Despesas Financeiras	3,154,958
Fundo Petrolífero de Timor-Leste	370,249,161	Distribuição de Moeda	39,514
Depósitos de Instituições Financeiras Nacionais	4,521,603	Despesas com Pessoal	146,919
Depósitos de Instituições Financeiras Estrangeiras	11,944,229	Despesas Operacionais	155,089
Outros Passivos	195,566	Depreciação	81,797
TOTAL do PASSIVO	517,235,857	TOTAL dos CUSTOS	3,578,257
ACTIVOS LIQUIDOS	20,870,973	RESULTADO LÍQUIDO	722,024
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	18,227,188		
Reserva Geral	1,821,761		
Lucros Retidos	722,024		
TOTAL da SITUAÇÃO LÍQUIDA	20,870,973		

As contas sumarizadas acima são apresentadas de acordo com o artigo 56.2 do Regulamento 2001/00 e foram preparadas com base nos registos financeiros da ABP tal como existentes até a data de 31 de Dezembro de 2005. Estas contas não foram auditadas.



 Abraão de Vasconcelos
 Director Geral

13 de Janeiro de 2006

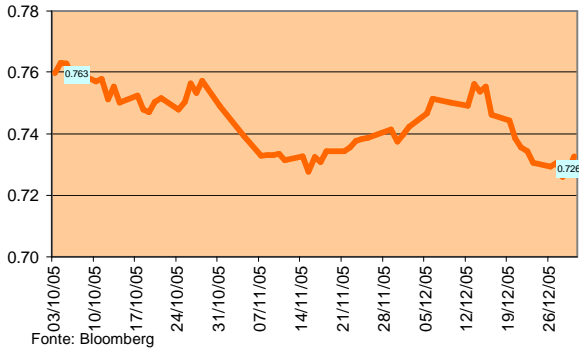
Estes valores são totais acumulados e não foram auditados.
 As vírgulas correspondem à pontuação anglófona e separam os milhares

Mercados cambiais

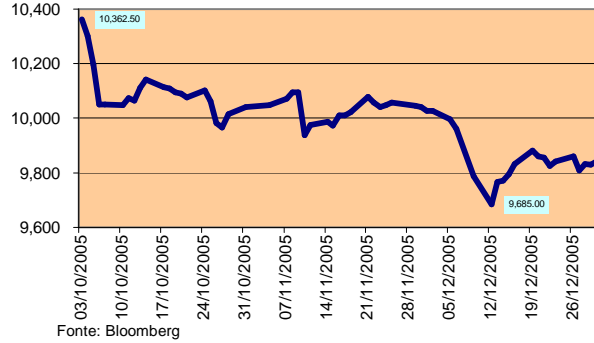
Evolução recente

Nos dois gráficos abaixo, em que se indicam as quantidades da moeda estrangeira respectiva (AUD-Dólar australiano e Euro) que cada unidade de moeda nacional (USD) permite comprar, uma desvalorização do USD é representada por uma subida da respectiva curva. No gráfico da direita, que representa a quantidade de rupias indonésias compradas por cada USD, uma desvalorização do USD é representada por uma descida da curva já que ele permitirá comprar menos rupias.

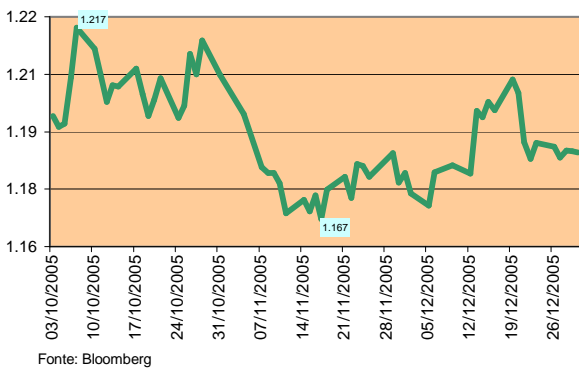
**USD por AUD
(Out - Dez 2005)**



**USD por IDR
(Out - Dez 2005)**



**USD por Euro
(Out - Dez 2005)**



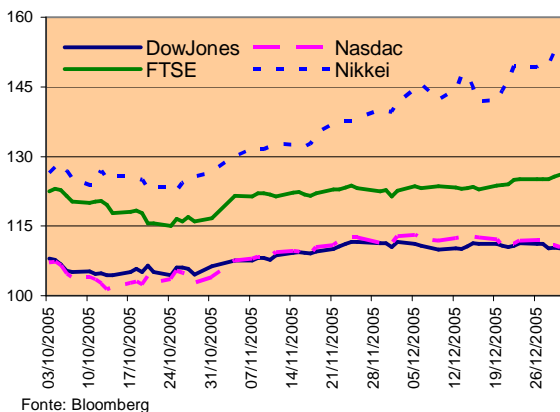
Os gráficos demonstram que, no último trimestre de 2005, o USD continuou a registar instabilidade depois de ter sofrido também do mesmo mal no trimestre passado em relação ao AUD e ao Euro. Em relação à rupia indonésia o USD continuou a sofrer uma desvalorização durante o período --- a que corresponde uma valorização da rupia e, portanto, um encarecimento relativo das importações vindas do país vizinho

Quanto ao câmbio contra o AUD e o Euro, depois de ter uma valorização até meados de Novembro, desvalorizou-se até meados de Dezembro e valorizou-se desde então. Essa apreciação foi influenciada pelo diferencial de taxas de juro entre os EUA e a Área do Euro e a Austrália.

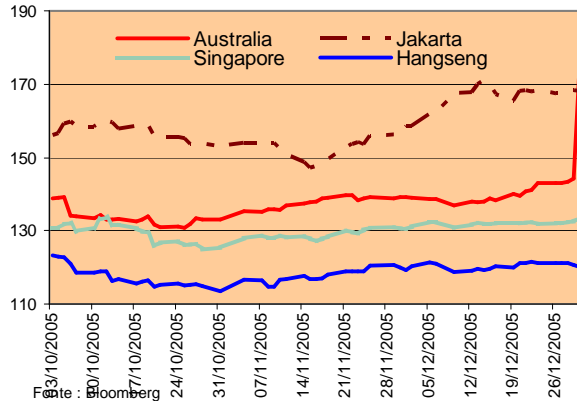
Mercados financeiros

Índices das bolsas de valores: evolução recente

**Evolução das Bolsas de Valores (US, UK, JP)
31/Dez/2003=100**



**Evolução das Bolsas de Valores (AUS, IDO, SGP, HK)
31/Dez/2003=100**



Evolução recente da Economia da Indonésia

O objectivo deste texto é abordar a evolução da economia da Indonésia, o país vizinho com o qual Timor-Leste tem uma relação económica muito próxima. Um dos indicadores desta relação é o facto de cerca de metade das nossas importações virem de lá.

Na segunda metade de 2005, principalmente a partir de Agosto, a economia da Indonésia começou a enfraquecer devido à pressão na política fiscal traduzido na diminuição dos subsídios aos combustíveis --- que se traduziu no aumento destes --- e à diferença entre as taxas de juro doméstica e internacional.

O mercado financeiro esteve sob pressão --- deslizou cerca de 18% --- e a rupia depreciou-se bastante, tendo registado a maior depreciação desde Abril 2001 com uma percentagem de cerca de 3,6% em 29 de Agosto de 2005.

Como sabemos, durante o ano de 2005 houve um aumento significativo no preço internacional do petróleo. Essa subida complicou as decisões das autoridades indonésias já que o aumento dos preços dos combustíveis derivados da redução dos subsídios acabou por ser maior do que previsto inicialmente, obrigando a uma subida do valor global destes. A previsão inicial era de que tais subsídios representassem apenas 0,7% do PIB e acabaram por representar 5%, uma verba muito importante a exercer pressão sobre as contas públicas.

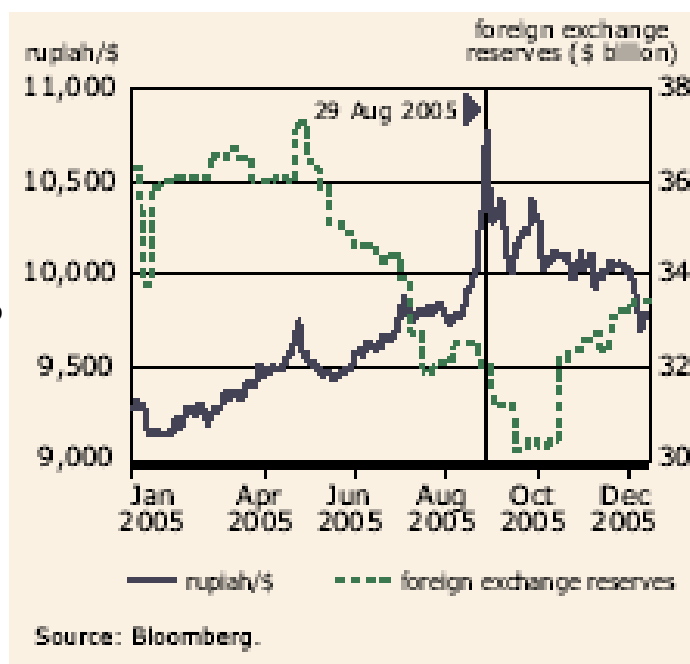
Note-se que esta evolução tem consequências a curto e a médio/longo prazo já que houve necessidade de reduzir as despesas de investimento, que iriam melhorar a situação da economia no futuro.

Tudo isto veio a contribuir para o sentimento negativo dos investidores, traduzindo-se num aumento dos fluxos de investimento para fora do país, comprometendo ainda mais o desenvolvimento da economia.

A balança de transacções correntes também

teve um déficit no segundo trimestre, embora no primeiro semestre tenha sido superavitária em USD 920 milhões.

O resultado líquido destas evoluções foi uma degradação da balança de pagamentos que fez com que as reservas cambiais tivessem baixado de 36,3 biliões de USD em Dezembro de 2004 para USD 31,1 biliões no final de Agosto 2005. Esta evolução obrigou a uma política cambial visando a manutenção da competitividade externa da economia que se traduziu na continuação da desvalorização da rupia.



A política do banco central devido à instabilidade no mercado financeiro foi de um aumento de taxa de juro base para 10% e o aumento das reservas obrigatório. Para tentar manter a estabilidade da taxa de câmbio da rupia, em meado de Setembro passado, as autoridades impuseram uma limitação da margem de comércio da rupia. Essa política melhorou

um pouco a situação, tendo a rupia recuperado alguma estabilidade mas as reservas estrangeiras continuaram a diminuir para 30,3 biliões de USD.

O mercado ainda não esteve estabilizado até ao princípio de Outubro quando os autoridades mais uma vez anunciaram um corte no subsídio para os combustíveis de modo a que o preço destes no mercado interno se aproxime do preço internacional. Com este anúncio, a subida total do preço dos combustíveis durante o ano atingiu cerca de 165%.

Como na maior parte dos bancos centrais, um dos objectivos da política monetária foi a manutenção da estabilidade dos preços. Foi com esse objectivo que o banco central da Indonésia aumentou a taxa de juro em 2,75 pontos percentuais, para 12,75%. Isto fez aumentar as taxas de juro internas e contribuiu para reduzir o fluxo de capitais para o exterior, atraindo alguns e permitindo um aumento das reservas cambiais em USD 2 biliões.